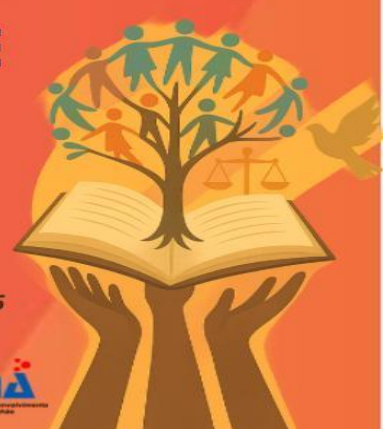


EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

Realização



Apoio

8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido**A FAMÍLIA EM DISPUTA E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO: redes de
cuidado e resistências frente às ofensivas antigênero**Noeli Aparecida Fernandes¹
Daniela Finco²

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão sobre a “família disputada” abordando como o conceito de família e as suas redefinições culturais, educacionais e políticas, estão permeadas por um cenário contemporâneo de conflitos. Problematisa os avanços das ofensivas antigênero, na educação e na sociedade, com agendas regressivas em relação aos direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, com disputas políticas religiosas envolvendo as definições de família. Dá ênfase à discussão sobre a participação das famílias trans/homoparentais nos processos educativos de seus/suas filhos/as. Apresenta falas coletadas em duas entrevistas, com uma mãe e com um pai de famílias trans e homoparentais. O trabalho busca trazer suas formas de resistência, traz os movimentos e redes sociais que participam como possibilidades de representação, fortalecimento e cuidado coletivo. O reconhecimento, fortalecimento e legitimação da diversidade dos arranjos familiares, desafiam as normas rígidas de configuração familiar, questionando a heteronormatividade imposta em nossa sociedade.

Palavras-chave: Famílias trans/homoparentais. Redes Sociais. Ofensivas Antigênero. Educação Compartilhada.

**THE FAMILY IN DISPUTE AND THE CHALLENGES FOR EDUCATION:
networks of care and resistance in the face of anti-gender offensives**

Abstract: This paper presents a discussion on the notion of the “disputed family,” examining how the concept of family and its cultural, educational, and political redefinitions are embedded in a contemporary context marked by conflicts. It problematizes the advance of anti-gender offensives in education and in society, characterized by regressive agendas regarding human rights and sexual and reproductive rights, as well as by political and religious disputes surrounding the definitions of family. The study emphasizes the participation of trans/homoparental families in the educational processes of their children. It presents statements collected through two interviews conducted with a mother and a father from trans and homoparental families. The paper

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP Guarulhos- SP, noeli.fernandes@unifesp.br

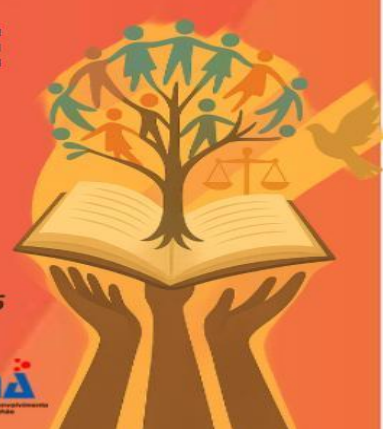
² Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. Professora Associada na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - Guarulhos- SP, dfinco@unifesp.br

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

 **8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido

seeks to highlight their forms of resistance, as well as the movements and social networks in which they participate as possibilities for representation, strengthening, and collective care. The recognition, strengthening, and legitimation of the diversity of family arrangements challenge rigid norms of family configuration, questioning the heteronormativity imposed in our society.

Keywords: Trans/Homoparental families. Resistance networks. Digital media. Anti-gender offensives. Shared education.

LA FAMILIA EN DISPUTA Y LOS DESAFÍOS PARA LA EDUCACIÓN: redes de cuidado y resistencias frente a las ofensivas antigénero

Resumen: Este trabajo presenta una discusión sobre la “familia disputada”, abordando cómo el concepto de familia y sus redefiniciones culturales, educativas y políticas están permeados por un escenario contemporáneo de conflictos. Problematisa los avances de las ofensivas antigénero en la educación y en la sociedad, con agendas regresivas en relación con los derechos humanos y los derechos sexuales y reproductivos, así como disputas político-religiosas en torno a las definiciones de familia. Se enfatiza la participación de las familias trans y homoparentales en los procesos educativos de sus hijos e hijas. El estudio presenta testimonios recogidos en dos entrevistas realizadas a una madre y a un padre de familias trans y homoparentales. El trabajo busca visibilizar sus formas de resistencia y los movimientos y redes sociales de los que participan como posibilidades de representación, fortalecimiento y cuidado colectivo. El reconocimiento, fortalecimiento y legitimación de la diversidad de los arreglos familiares desafían las normas rígidas de configuración familiar, cuestionando la heteronormatividad impuesta en nuestra sociedad.

Palabras clave: Familias trans/homoparentales. Redes sociales. Ofensivas antigénero. Educación compartida.

INTRODUÇÃO

Este trabalho que tem como objetivo refletir sobre a “família disputada”, considerando novos arranjos familiares como os das famílias trans e homoparentais, buscando também dar destaque às redes de apoio e resistência que as envolvem, uma vez que a questão da homoparentalidade surge vinculada a discursos antigénero num cenário de preconceitos e discriminações. Parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que analisa o avanço do neoconservadorismo antigénero e as definições de família no debate público, evidenciando que o conceito de família e suas redefinições culturais,



educacionais e políticas ocorrem em um contexto contemporâneo de conflitos e transformações.

Aborda a relação das famílias trans e homoparentais com os movimentos e redes sociais que realizam ações em Direitos Humanos e LGBTQIAPN+, como possibilidades de resistências e fortalecimento destas famílias, diante de um sistema conservador que invisibiliza as famílias que não se enquadram na heteronormatividade. Redes que contribuem para a defesa de uma educação inclusiva, voltando-se para a criação de espaços de reconhecimento e legitimação das famílias não heteronormativas, e no reconhecimento pleno da parentalidade e de seus direitos, desafiando as normas rígidas da configuração familiar nuclear tradicional.

As famílias, enquanto instituições sociais de pertencimento inicial da criança, têm passado por profundas transformações, o que repercute nos sujeitos e nas práticas de cuidado e educação. Diante dessas mudanças, torna-se necessário repensar tais práticas, superando concepções únicas e idealizadas de família, ampliando olhares para novas reconfigurações familiares, as famílias plurais, inclusive no espaço educacional, ainda que a diversidade dos modelos familiares seja pouco debatida, legitimando estereótipos, o que dificulta a compreensão das transformações familiares.

Na luta por reafirmarem suas existências e participação nas instituições públicas coletivas com seus filhos e suas filhas, como nas instituições educacionais, as famílias trans e homoparentais buscam fazerem-se presentes e visíveis também em espaços coletivos de debates, como nos movimentos sociais com suas mídias/redes sociais, os quais contribuem para que se fortaleçam, a partir de redes de resistência, de indignação e esperança (Castells, 2013), que, de alcance global, podem ajudar a romper com fronteiras espaciais e temporais, vencer opressões que nos enquadram e que buscam restaurar a ordem patriarcal para o estado, a religião e a família, trazendo novos olhares para outros arranjos familiares que não os heteronormativos.

1. A “Ideologia de gênero”, as ofensivas antigênero e o “familismo”

A “família natural,” composta por pai-mãe e filhos/as tem sido defendida por grupos religiosos e conservadores como a única possibilidade de formação familiar,



responsável pela procriação e pela continuidade da existência humana, através de suas retóricas discursivas, que buscam naturalizar as relações de gênero desiguais com base em aspectos das diferenças biológicas entre homens e mulheres, apontando como inimigo comum a ser combatido: “o fantasma do gênero” (Butler, 2024).

Pautado numa contraofensiva às conquistas de direitos feministas e LGBTQIAPN+, referentes às Conferências: Internacional sobre População, no Cairo - Organização das Nações Unidas (ONU, 1994) e Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (1995), em que gênero passou a ser reconhecido como um dado cultural, uma categoria analítica e política (Corrêa, 2018; Junqueira, 2022), o Vaticano cria o termo “ideologia de gênero” buscando defender a família tradicional e o papel fixo de homem e mulher como grupos naturais, a partir de sua Doutrina da Complementaridade e da elaboração de diversos documentos de cunho doutrinário, como o dicionário “Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre a família”, vida e questões éticas (2003), considerado o documento sistematizador das ideias antigênero.

A fabricação da ideia de “ideologia de gênero”, a qual tornou-se central para a construção de um projeto de poder autoritário, antifeminista, discriminatório, reacionário e antilaico, passou a ser um rótulo usado para deslegitimar estudos de gênero e políticas de igualdade, a partir da junção de forças como o ultraconservadorismo católico e o ultraliberalismo econômico. Vinculadas às ofensivas antigênero, tal ideia, articulada em bases transnacionais, com agendas regressivas de políticas públicas reacionárias, com relação aos direitos humanos e destituição da democracia, recoloca a questão dos direitos em um prisma da moralidade e da rebiologização, tendo entre seus principais alvos a escola pública (Junqueira, 2022).

Alvo das perseguições das ofensivas antigênero, a escola pública passa por censura com a propagação do ódio e de mentiras em nome do conservadorismo, da religiosidade, da “família e dos bons costumes”, sendo acusada de desvirtuar as crianças, incentivar o homossexualismo e de buscar a destruição da família (Leite, 2019). Escolas e professores, passam a ser vistos como aqueles que tentariam tomar dos pais o papel de



formar moral e sexualmente crianças e adolescentes, doutrinando-os com um suposto pensamento único, danoso e contrário à natureza humana.

As ofensivas antigênero, assim, defendem uma política guiada pelo fundamentalismo religioso e por rígido conservadorismo moral, que forma alianças com grupos ultraliberais na economia, desprezando direitos sociais e liberdades democráticas. O termo “antigênero” passou a ser usado, em referência a uma tomada de posição antifeminista, contrária à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana. Entre 2019 e 2022, esses grupos passam se reunir com outros grupos confessionais ou não, e de diferentes religiões, setores protestantes e neopentecostais, que aderem de forma ferrenha à cruzada, apesar de não terem participado da construção do sintagma “ideologia de gênero” (Corrêa; Prado, 2024).

Isso permitiu que o deslocamento da ofensiva antigênero para o aparato estatal fosse implementado mediante nodos de articulação política, envolvendo atores e forças muito heterogêneas, ultracatólicos, evangélicos fundamentalistas, tradicionalistas olavistas e ultraneoliberais, em nome da heteronormatividade e da família, realizando intervenções nas arenas públicas, nas áreas da educação, cultura, saúde, trabalho e direitos humanos, em tom radical e moralista. Desta forma, há um esforço constante para criar ou reforçar o pânico moral, estratégia que eleva quem o promove e fortalece valores compartilhados, enquanto empurra os acusados para uma posição defensiva. Os ataques são alarmistas, em defesa de ideias em princípio incontestáveis, como “vida” e “segurança das crianças”.

A visão moralista e restrita de família vem acompanhada de sua defesa como espaço privado responsável por funções que antes eram garantidas pelo Estado, passando a família nuclear a ser a unidade-base da sociedade capitalista. Enfatiza-se, no Brasil políticas familiares, denominadas de “Familismo”, em que a família passa a ter papel central nas políticas públicas de educação como provedora do bem-estar social e antídoto para todo e qualquer desequilíbrio ou ameaça, assumindo tripla função: gerir o bem-estar pessoal e social de seus membros na formação de capital humano, incorporar habilidades



de gestão comportamental diante da ideia de comportamentos indesejáveis e fazer a vigilância de valores morais na formação escolar (Corrêa; Prado, 2024).

A família, tal como se evidenciou, é uma construção ideológica feita pelas ofensivas antigênero. O familismo, assim, coloca em evidencia qual família pode ser considerada e protegida, sempre a família heterossexual, nuclear, reprodutiva; atua para justificar políticas que restringem direitos sexuais e reprodutivos, reforçando uma moral sexual conservadora. Reconhecer suas transformações é fundamental para proteger direitos sexuais e reprodutivos.

2. A “Família em Disputa” e os avanços do conservadorismo

Dados recentes do Censo 2022³, divulgados pelo IBGE, revelam um crescimento considerável no número de casais do mesmo sexo no Brasil ao longo dos últimos 12 anos. Em 2022, as residências com um/a responsável e um/a cônjuge ou companheiro/a do mesmo sexo representavam 0,54% do total, um aumento considerável em comparação aos 0,1% registrados em 2010. O total de lares desse tipo saltou de 59.957 em 2010 para 391.080 em 2022. Tais conquistas são resultado da ação de movimentos sociais, feministas e LGBTQIAPN+, assim como de juristas e políticos simpáticos ao entendimento de que os direitos individuais incluem o direito de casar-se, rompendo, ainda que parcialmente, com a correspondência entre casamento, família e heterossexualidade (Biroli, 2014). Porém, a questão da homoparentalidade vem sendo ligada a discursos que se referem aos possíveis “prejuízos” que pais homossexuais podem acarretar às crianças, permeados por um cenário de preconceitos e discriminações (Pereira; Ciríaco, 2020). O discurso religioso aparece mais forte quando se trata de família/casamento/homoparentalidade do que quando se trata da homossexualidade. Representando a anormalidade, a destruição da família e a desobediência à palavra de Deus, estes são os argumentos mais utilizados contrários a essas relações, baseados em discursos com um conteúdo moral e em valores pessoais (Oliveira, 2011).

³ Segundo a agência de Notícias <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/10/25/numero-de-casais-do-mesmo-sexo-aumenta-quase-7-vezes-desde-2010-afirma-ibge.htm>

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

**8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido

Enquanto a “ideologia de gênero” cria um pânico moral contra estudos e políticas de gênero e o familismo estabelece a família heteronormativa como único modelo legítimo, a teoria do parentesco de Judith Butler (2003), desmonta essa pretensão ao evidenciar o caráter histórico, plural e mutável das formas de viver relações de cuidado, filiação e afeto. Para ela, a noção tradicional de família é uma construção normativa que organiza quem pode ser reconhecido como humano e quem permanece fora da inteligibilidade social. A heteroparentalidade, portanto, não é uma evidência natural, mas o resultado de uma matriz de poder que regula a filiação, o amor e a reprodução.

Para Butler (2003), a noção de parentesco “natural” como união homem–mulher é uma construção histórica, reforçada por discursos médico-jurídicos e pela moralidade tradicional. O parentesco deve ser entendido como uma relação construída, performativa, moldada por práticas sociais, afetivas e legais, e não como um dado biológico ou heterossexual obrigatório. As famílias LGBTQIAPN + evidenciam que cuidado, reprodução social e vínculos duradouros não dependem de heterossexualidade. Como vimos, a partir de normatizações, leis, políticas e discursos, o Estado define quem conta como família, legitimando formações familiares como o casal heterossexual reprodutivo e excluindo todas as outras (casais do mesmo sexo, famílias trans, pluriparentais, arranjos não conjugais), diz quais vidas são inteligíveis, legíveis, passíveis de proteção jurídica. As famílias que não se enquadram na norma heterossexual são frequentemente tornadas ininteligíveis, o que restringe seus direitos (Butler, 2003).

O parentesco assim, de acordo com Butler (2003), é pensado como uma rede de apoio e responsabilidade mútua, não como reprodução biológica; forma social aberta, que pode incluir múltiplas relações de afeto, cuidado e coabitação; lugar político, onde se decide quem pode ser reconhecido como humano. A autora propõe uma ética do reconhecimento plural: o Estado não deve impor um modelo único de família; as políticas públicas e o direito devem acompanhar a diversidade real das formas de vida. A pesquisadora nos traz ainda que, a noção de família deve ser repensada como espaço de justiça e vulnerabilidade compartilhada, não como imposição heterossexual. E faz um convite a todas as pessoas que defendem “a família”, para que aceitem um mundo em que



as famílias assumam várias formas e compreendam que elas mesmas vivem apenas uma dessas formas (Butler, 2024).

As transformações a que assistimos nas sociedades contemporâneas estão mudando radicalmente, as práticas e os significados da conciliação estão a tomar forma, trazendo a reconfiguração da relação entre gênero, educação e vida familiar. Pesquisas revelam que o tema da família e das redefinições das narrativas culturais, educacionais e políticas relacionadas a ela, estão permeadas por um cenário contemporâneo de conflitos (Zambrano, 2006; Lino; Nogueira, 2024). Num período histórico em que parece ser uma questão crucial para a articulação do equilíbrio entre grupos opostos, chama a nossa atenção as formas como a “família disputada” encontra espaço nessas narrativas de conflito sobre a mudança social, configurando cenários de confronto que ainda não são totalmente visíveis.

Pesquisas também revelam como a escola, para a manutenção da heteronormatividade e da família tradicional, pouco tem colaborado para a perceptividade desses coletivos sociais silenciados e ocasionalmente excluídos, gerando cenários e circunstâncias constrangedoras e por vezes intimidadoras, às crianças que vêm de arranjos familiares não hegemônicos. (Pereira; Ciríaco, 2020). Apontam ainda como a discussão sobre a homoparentalidade a inclui na pauta de conquista de direitos, convergindo para a ampliação da concepção de entidade familiar que passa a ser funcionalizada e plural, trazendo-nos a reflexão sobre o direito à homoparentalidade (Oliveira, 2011). Redirecionar os conceitos existentes em uma instituição exige de todos nós uma mudança social, para vislumbrarmos uma sociedade mais justa e inclusiva. Precisamos rever nossos pontos de vista, crenças, valores e atitudes perante as novas configurações familiares. Isso é uma necessidade dos processos educacionais e sociais, uma vez que a educação pode representar a transformação e a emancipação do sujeito.

3. As Famílias Homoparentais, Redes de Apoio e Movimentos de Resistência

As transformações e tensões sociais envolvendo as práticas de revisão e construção de significados, incluindo os debates sobre os modelos de família, contribuem para a reflexão sobre processos de normatização que precisam ser continuamente



questionados e desnaturalizados, como um único modelo de “família natural”, que permeia o campo da educação. Revelam que para além das vivências em torno de preconceitos e exclusões nos espaços educativos, desenvolvem-se estratégias de resistência (Silva et al., 2024), como por exemplo, através de movimentos e coletivos sociais e de suas mídias e redes sociais.

Ao se apropriarem dessa “geometria do poder” (Castells, 2000), essas famílias utilizam as redes sociais para produzir narrativas próprias, afirmar legitimidade, desconstruir estigmas e disputar sentidos sobre parentalidade, gênero e diversidade. A tecnologia da informação, portanto, deixa de ser apenas ferramenta e se torna o elemento estruturante que possibilita a formação de redes sociais, como formas dinâmicas, flexíveis e autoexpansíveis de organização da atividade humana. A circulação de sentidos passa, então, a ocorrer sobretudo por meio da manipulação e negociação de símbolos, discursos e imagens no ambiente midiático e digital, e em múltiplas redes sociais.

As plataformas e redes digitais podem ser entendidas como espaços em que a autoridade simbólica deixa de estar restrita ao Estado, aos partidos políticos ou à mídia tradicional, permitindo que vozes e experiências antes silenciadas ganhem visibilidade pública. A dinâmica em rede e a política informacional favorecem que grupos historicamente marginalizados ampliem sua presença social, fortaleçam identidades coletivas e contestem discursos reacionários que buscam restringir direitos. Nesse contexto, ao ocupar esses ambientes digitais, as famílias homoparentais passam a reconstruir formas de existência e de reconhecimento social, participando ativamente de novas disputas no campo das políticas de gênero, da educação e da diversidade.

Na estrutura da organização dos movimentos sociais, através das mídias digitais e de suas redes sociais, a comunicação se faz de forma autônoma, descentralizada e horizontal, sem interferência de instituições de poder, criando espaços públicos alternativos de interação e construção de significado político coletivo (Castells, 2013). A conexão entre os movimentos acontece também por práticas comunicativas e valores comuns, que unem indivíduos dispersos diante de crises democráticas ou da busca por mudanças sociais.



Segundo a pesquisa de Silva et al. (2024) as redes sociais indicam, através do debate público online, resistência e a mobilização política das identidades homoparentais, criando espaços para reconhecer e legitimar famílias formadas por pais ou mães homossexuais/homoafetivos e transexuais, desafiando as normas rígidas de configuração familiar. Ao questionar a heteronormatividade socialmente imposta, colocam em dúvida a estrutura e os valores da família patriarcal, em busca da igualdade e do respeito, independente de arranjos e formas que definam afetos, sexualidades e parentescos.

E conforme também apontam TyMburibá Elian e Rocha (2026), as redes de resistência, de fortalecimento e visibilidade das famílias trans e homoparentais, fomentam espaços tanto de visibilidade como de cidadania, demarcando espaços de existências, a partir da afirmação de que existir é resistir. Representam uma tentativa de refundar o comum a partir das margens, ampliando o horizonte democrático, projetando futuros possíveis, ancorados na dignidade, na partilha e na ação coletiva. Neste contexto, coletivos e movimentos sociais, por meio de suas redes, se inserem nas práticas de visibilidade e fortalecimento das famílias trans e homoparentais e dos movimentos LGBTQIAPN +. Estas ações criam novos espaços públicos de debate e contestação, coletivos e democráticos.

4. Olhar das famílias trans e homoparentais sobre os movimentos/ coletivos sociais

A partir da realização de duas entrevistas semiestruturadas, com membros de famílias trans e homoparentais, pudemos trazer seus olhares sobre a influência das ofensivas antigênero junto à família e junto à instituição educacional e sobre movimentos e coletivos sociais, vistos como espaços de acolhimento e fortalecimento de suas famílias.

A família de Telma⁴, pansexual cisgênero (hoje homem trans - Teo), 38 anos de idade, branca, caracteriza-se como uma família transparental, composta por um casal de mulheres, sendo que Telma teve uma relação com Nara, sua ex-companheira, com quem foi casada oficialmente por 10 anos, tendo uma filha, Sandra, adotada, que chegou na

⁴ Para garantir a confidencialidade e proteger a identidade das pessoas participantes, foram utilizados nomes fictícios ao longo do trabalho.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

Realização



Apoio

8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

família com 07 anos de idade e, hoje com 15 anos de idade, possui o nome das duas mães em seus documentos oficiais, e está no 9º ano do Ensino Fundamental.

A família de Guilherme, homem homossexual cisgênero, 28 anos de idade, branco, caracteriza-se como uma família homoparental, composta por um casal de homens homossexuais cisgênero, Guilherme e seu marido Caio, os quais mantêm união estável há cerca de 06 anos, tendo 04 filhos e 01 filha. As crianças, Laura, 03 anos de idade, está na creche; Adriano, 06 anos, 1º ano, Hermes, 07 anos, 2º ano, Wilson, 08 anos, 3º ano e Fábio, 10 anos, 4º ano, frequentam instituições educacionais públicas, são irmãos/irmã, por parte da mãe biológica, chegaram na família há cerca de 02 anos, foram adotadas pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, já possuem, oficialmente, em seus registros de nascimento e identidade, o nome dos dois pais, Guilherme e Caio.

Telma e Guilherme manifestam-se em suas falas, compartilhando suas experiências e vivências em suas famílias e filhos/as, sobre seus olhares sobre suas concepções de família, sobre seus desejos e inseguranças relacionados à maternidade e a paternidade, sobre as formas de cuidado e afetividade, suas redes sociais de apoio como espaços de visibilidade e de fortalecimento, destacando questões relacionadas ao atual ultraconservadorismo religioso que limitam os avanços no campo dos direitos.

As falas apresentadas aqui se concentram no caráter ultraconservador presentes em nossa sociedade, e principalmente na escola. Ambos relatam sobre como e o quanto as questões religiosas acabam por influenciar as posturas e ações educacionais, a partir da instauração de um pânico moral, de medos e receios, que buscam manter na invisibilidade suas famílias e outras que fogem aos padrões heteronormativos, além de nem sequer abordar temáticas relacionadas à diversidade das famílias, mantendo posturas conservadoras e tradicionalistas, que geram exclusões.

É certamente essa questão da religiosidade, principalmente evangélica e dos católicos mais radicais, que impede que essa discussão, das famílias diversas, chegue dentro da escola. A escola lida com muitas coisas que não precisaria, e que seriam importantes lidar, para não ter que se envolver em discussões sobre questões da diversidade e da inclusão. Não discutem essas questões para não se indispor com as famílias heteronormativas, tradicionais. Deixa passar coisas muito graves. (Entrevista com Mãe Telma)

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

**8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido

Por questões desse conservadorismo, ainda que tenhamos algumas famílias não heteronormativas, ninguém fala, ninguém quer se expor. Teve uma vez que a Sandra estudou com um colega que falava: “Ah, a mãe do fulano tem uma namorada”, “eu vi a namorada da mãe do fulano com ele hoje,” mas nunca nem vi a mãe do fulano nem a namorada. Elas não iam à escola. (Entrevista com Mãe Telma)

Vejo que tem uma resistência para abordar certos assuntos, como a diversidade familiar na escola, devido ao medo, porque pode ser que vá algum pai de uma família mais conservadora na escola reclamar, que vai achar que a professora está ensinando o errado para filho dele, e a professora ainda pode ser ameaçada de ser processada. (Entrevista com Pai Guilherme).

Não vejo este tema ser abordado com as crianças, nem pela literatura, nem por dinâmica, nem de outras formas que sejam mais tranquilas. Nunca vi nenhuma atividade que eles trouxessem e falassem: hoje a gente aprendeu sobre as diversas formas de família. Não, isso eu nunca vi... Os pais que são adultos e já sofreram preconceitos, sabem lidar melhor com isso, agora uma criança que sofre um preconceito dentro da escola acaba ficando, muitas vezes, com algum trauma. (Entrevista com Pai Guilherme)

O mais importante é abordar sobre as famílias diversas, algumas dinâmicas, rodas de conversa, literaturas, diálogos, trazer brincadeiras para que a criança entenda e compreenda as relações sociais que a gente vive, e por mais que haja uma família que seja conservadora ou que a religião não permite, certas abordagens, temos que compreender que a escola é laica, e não podemos deixar de tratar de certos assuntos. (Entrevista com Pai Guilherme)

Assim, o medo presente na instituição escolar, vai se revelando por questões religiosas que implicam na manutenção do discurso que valida como passível de existência apenas a família “natural”, com função reprodutiva, homem e mulher, com filhos e filhas, de acordo com as imposições heteronormativas. Na relação com as escolas, sobre o modo como a imposição heteronormativa vai sendo estabelecida no contexto educativo, Telma e Guilherme, se manifestam sobre as datas comemorativas “Dia dos Pais” e “Dia das Mães”, entendem que estas datas deveriam sair definitivamente do Calendário Escolar, pois mudanças têm se processado nas organizações e arranjos familiares e o respaldo de legislações que garantam a substituição destas datas pelo “Dia

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

Realização



Apoio

8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

da Família”, são imprescindíveis para a inclusão de todas as famílias na instituição escolar. Suas experiências são expressões óbvias de resistência às cruzadas antigênero e às políticas de familismo.

Eu acho que deveria ser proibido “Dia das Mães” e “Dia dos Pais”, e que para o bem da escola como um todo deveria ter a transformação para o “Dia da Família”, entendendo que o Brasil é composto por muitas famílias de diferentes constituições. E inclusive, para fortalecer as famílias dentro da própria escola. Porque tem muita gente que deixa de frequentar a escola do próprio filho, porque não é nem validado como família. Às vezes uma mãe e uma avó não são respeitadas como família dentro daquele espaço. (Entrevista com Mãe Telma)

Deveria ser formalizado esse “Dia da Família”, com uma Portaria ou algum protocolo, dentro das escolas, no planejamento de educação, porque às vezes as professoras sentem um determinado receio e medo de abordar certos assuntos, se sentem muitas vezes sozinha. Se a própria Secretaria da Educação já trouxesse isso dentro do planejamento, já seria um pouco mais fácil de trabalharem o “Dia da Família”, todos os tipos de família, porque, desta forma, se algum familiar for questionar, a abordagem do tema, a professora tem respaldo, para estar abordando esse tipo de assunto com as crianças. (Entrevista com Pai Guilherme)

Embora o “Dia da Família” tenha sido instituído em 2014 pelo Ministério da Educação como forma de reconhecer a diversidade das configurações familiares, pesquisas como a de Gibim (2017) indicam limites nessa proposta. Segundo a pesquisadora, na prática, a data permaneceu por muito tempo vinculada às comemorações comerciais de “Dia das Mães” e “Dia dos Pais”, e muitas escolas não problematizam as transformações nas composições familiares nem os estereótipos de gênero associados à ideia tradicional de família. Assim, apesar das normativas, essas datas continuam presentes no cotidiano escolar, contribuindo para a invisibilização de famílias que não se enquadram no modelo heteronormativo.

Ao tratar da existência de redes de apoio e redes sociais, como espaços coletivos para a garantia de direitos e desconstrução de preconceitos, tanto Telma como Guilherme, afirmam que participam de algum tipo de movimento ou coletivo, em defesa dos direitos LGBTQIAPN+ e que esta participação representa a possibilidade de expressarem-se livremente e se fortalecerem junto aos seus pares, na ocupação dos espaços coletivos e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS **gesepe.ufma**

Realização



Apoio

**8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido

terem maior visibilidade. E ainda, que, junto a um coletivo mais local e/ou mais próximo, conforme manifestações de Téo, este possibilita a ele e à sua família acolhimento, junto com fortalecimento e visibilidade, uma vez que podem “ser e estar” livremente e também possibilita conversar sobre suas dúvidas abertamente.

As redes sociais contribuem muito para disseminação desse trabalho. Os grupos têm crescido por causa das redes sociais e assim se fortalecem. Participo de um coletivo só para pessoas LBT, de lésbicas, bissexuais e transexuais, nós somos muito acolhidos. Eu e minha filha já fizemos oficinas no grupo. Este coletivo local me acolhe como família, pois mesmo que as pessoas não nos conheçam muito, cuidam de minha filha quando estou desenvolvendo atividades musicais neste coletivo e tenho que estar mais distante dela. Este acolhimento, este cuidado, é muito presente neste movimento local. (Entrevista com Mãe Telma)

Tem um grupo de rede social que eu participo, onde podemos compartilhar nossas dúvidas sobre o período de adaptação, de aproximação, para a adoção. Esse grupo nos fortaleceu bastante, porque são dúvidas comuns e desafios parecidos. Nós vamos expondo nossas situações, nossas questões e, dentro desse grupo tem uma advogada que sempre vai nos respondendo, ela é responsável por esse grupo bem interessante e bem forte que pessoas do Brasil inteiro. Qualquer dificuldade na aproximação, ou qualquer questão diversa que você tiver, vai ter pessoas que vão contribuir com você e vão te ajudar nesse grupo de apoio. Discutem e conversam sobre os direitos, de adoção e LGBTQIAPN+. (Entrevista com Pai Guilherme)

Cuidado coletivo, aproximação, apoio, ajuda, força, acolhimento e diálogo emergem nas falas dessas famílias como dimensões constitutivas das redes de apoio que se formam nos coletivos e grupos digitais, evidenciando como esses espaços funcionam não apenas para a troca de informações, por exemplo como no caso das orientações sobre processos de adoção, mas também como práticas concretas de solidariedade e cuidado, que fortalecem vínculos, produzem pertencimento e sustentam as experiências das famílias trans e homoparentais diante dos desafios sociais e institucionais que atravessam suas trajetórias. Estes grupos de apoio, consistem em movimentos sociais, potencializados a partir de redes sociais, representando novas formas de organização em redes digitais, que se mobilizam a partir de afetos, sentimentos, possibilitando que às famílias não heterossexuais, tenham seus direitos garantidos. Assim, as famílias trans e



homoparentais ao se fazerem presentes nos espaços das mídias e das redes sociais, buscam se fortalecer, através destas redes que de alcance global, podem auxiliar para romper fronteiras espaciais e temporais, para vencer opressões que nos enquadram e que buscam restaurar a ordem patriarcal para o estado, a religião e a família, trazendo novos olhares para outros arranjos familiares que não os heteronormativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações e tensões sociais a que assistimos, marcadas pelas ofensivas antigênero e pelos conflitos em torno da definição de família, dos direitos sexuais e reprodutivos, evidenciam que a família se constitui como um campo de disputas simbólicas e políticas. Nesse cenário, os debates sobre os modelos de família tornam-se centrais na luta por reconhecimento e garantia de direitos. Refletir sobre os processos de normatização que atravessam essas disputas permite identificar estratégias para enfrentá-los, contribuindo para dar maior visibilidade às constituições familiares trans e homoparentais, especialmente nos espaços educacionais, onde ainda predominam referências heteronormativas.

A diversidade das famílias, por sua vez, nos instiga a questionar a ideia de “família natural” como única possibilidade de existência, abrindo espaço para reconhecer modos plurais de viver os vínculos familiares. O diálogo com famílias trans e homoparentais, neste estudo revela experiências marcadas por desafios, mas também por estratégias de resistência e reinvenção do cotidiano, permitindo compartilhar olhares, demandas e expectativas sobre a educação de seus/suas filhos/as. Como evidenciam as falas das famílias participantes, esses processos também se constroem por meio de práticas de cuidado coletivo, apoio, acolhimento e troca de experiências, que se materializam em redes de solidariedade.

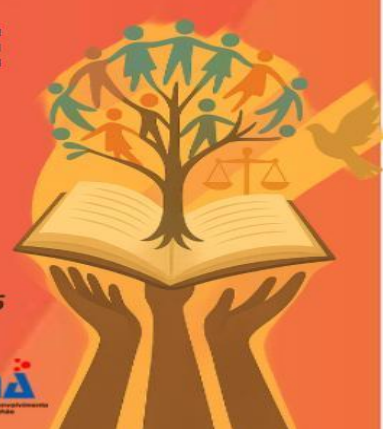
Nesse sentido, a construção de redes sociais de apoio, potencializadas pelas mídias e plataformas digitais, tem se mostrado fundamental para fortalecer essas famílias, ampliar sua visibilidade social e favorecer a circulação de informações, afetos e orientações sobre direitos. Tais redes não apenas contribuem para o fortalecimento das

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

Realização



Apoio

8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido

trajetórias familiares, mas também ampliam as possibilidades de que seus filhos e filhas possam se expressar e construir suas identidades com maior liberdade e respeito à diversidade de gênero. Ao tornarem visíveis outras formas legítimas de ser, estar no mundo e constituir família, essas experiências tensionam a centralidade do modelo heteronormativo e reafirmam a necessidade de reconhecer as famílias plurais na construção de práticas sociais e educacionais mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Família**: novos conceitos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2014.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero?** Editora Boitempo. 2024

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**. 2003.

CASTELLS, Manuel. Prefácio: Articular mentes, criar significado, contestar o poder. In: **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos sociais na era da Internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Editora Zahar. 2013.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **A era da informação**: economia, sociedade e cultura, vol.2 - O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 53, 2018.

CORRÊA, Sonia e PRADO, Marco Aurélio Máximo. A “Ideologia Familista” nas Ofensivas Contra Gênero na Educação: Conexões Conservadoras Transnacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, e275372. 2024.

GIBIM, Ana Paula Pereira Gomes. **Famílias, Relações Intergeracionais e de Gênero**: práticas compartilhadas de educação e cuidado de crianças pequenas. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017. Disponível em <https://repositorio.unifesp.br/items/cbb8849c-af69-4dde-a4c3-99682cd3ae50> Acesso em 04/03/2026.



JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32 - ago. p.119-142. 2019.

LINO, Vitor Ferreira; NOGUEIRA, Maria Alice. Famílias Homoparentais e as relações com as Escolas dos filhos: percursos para se compreender uma “nova” questão. **Ciências Humanas**, Volume 28 - Edição 137/AGO 2024.

OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos de. O Movimento LGBT e a Luta pelo Reconhecimento da Família Homoparental. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES**, v. 1 n. 1. 2011.

PEREIRA, Elisângela de Barros; CIRÍACO, Klinger Teodoro. Relação Família Homoparental-Escola: o que acontece quando dois homens adotam crianças? **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 248-279, jan./jun. 2020.

SILVA, André Inácio; FERREIRA, João Caio Silva Castro; SENA, Maiara Basseto; SIGNORI, Lucas; HELLMANN, Fernando; FLORES, Dalmacio; MARCON, Sonia Silva; SOUSA, Anderson Reis de. O debate público acerca da homoparentalidade na Web no Brasil: etnografia virtual. **Cien Saude Colet.** (2024/jul).

TYMBURIBÁ ELIAN, Bê; ROCHA, Dandara da Costa. Da organização à resistência: A consolidação do Movimento Autônomo Trans e Travesti de Belo Horizonte e região metropolitana (MOVAT). **Revista Memória LGBT**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 30–49, 2026. Disponível em: <https://www.revista.memoriaslgbt.com/index.php/ojs/article/view/164>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ZAMBRANO, Elizabeth. **O Direito à Homoparentalidade**: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre/RS. 2006. Disponível em https://www.grupodignidade.org.br/docs/zambrano_et_al_homoparentalidade_-_A4%5B1%5D.pdf. Acesso em 06 jan.2025.